

SERVIÇO SOCIAL E MEIO AMBIENTE:

A atuação do Assistente Social na SANASA

Gabriela Ferreira¹

Thaís Ferreira²

Silmara Quintana³

1 e 2 – Assistentes sociais, formadas pelo Curso de Serviço social UNIP Campinas

3- Coordenadora e professora orientadora, Curso de Serviço Social UNIP Campinas, Professora UNIFIA, Facilitadora formadora em Práticas Restaurativas.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa consiste em identificar a atuação do Serviço Social na questão ambiental desenvolvida na cidade de Campinas, especificamente na empresa SANASA, que trata dos recursos ambientais, com foco na distribuição e manutenção da água no município, analisando os impactos das atividades socioambientais realizadas pela através do Programa Sanasa na Comunidade, com o objetivo de mobilizar a população a fim de formar sujeitos conscientes que preservem o meio ambiente. Entender a relação entre o homem e o meio ambiente, buscando o equilíbrio social, econômico e político, considerando que o Serviço Social atua com facilidade nessas áreas, através do objeto de trabalho da profissão, os instrumentais, técnicas e teorias da mesma. Estudar quais alternativas o Assistente Social tem para atuar nos demais problemas ambientais recorrentes na sociedade, considerando a questão ambiental como um todo. A pesquisa conta com abordagem qualitativa, método dialético tendo procedimentos de objetivos de estudo de caso através de coleta de dados com entrevistas feitas com profissionais do departamento de Serviço Social da SANASA, conciliados com um referencial teórico, confrontando com a pesquisa aplicada. Diversos conceitos foram utilizados através de tal referencial, para que a pesquisa de campo a qual realizamos confirmassem ou refutassem as hipóteses e os objetivos aqui colocados, tendo como principal foco, a necessidade do Assistente Social adentrar nos espaços sócio-ocupacionais que abordem tal temática, podendo em primazia atuar como um educador social. Além do diferencial que aborda a educação ambiental, trabalhamos a interdisciplinaridade dentro do campo de pesquisa, a visão de futuros profissionais na atuação em determinada área, os avanços e desafios encontrados pelos entrevistados, e a própria visão das Assistentes Sociais diante da intervenção que as mesmas desenvolvem na empresa.

Palavras-chave: Assistente Social, Meio Ambiente, Sanasa, Serviço Social, Questão Ambiental.

ABSTRACT

Keywords: Social Worker, Environment, Sanasa, Social Services, Environmental Issues.

APRESENTAÇÃO

Salientamos a importância de abarcar o conceito de meio ambiente, educação ambiental e a questão ambiental, para entendermos cada um com sua particularidade, considerando que o todo está interligado, sendo um dependente do outro. Colocando à tona a relação entre capital e meio ambiente, como a ideologia do Serviço Social se condensa com a apreensão da natureza, enquanto espaço e território, compreendendo a relação do homem e da natureza.

Ambientalmente já somos educados, carregamos conosco a necessidade da convivência com a natureza gerar uma responsabilidade individual de cada sujeito. É preciso resgatar essa educação, tão perdida e desgastada com o passar do tempo, gerando graves problemas de destruição ambiental, grandes catástrofes. Trazemos ainda a compreensão da responsabilidade e compromisso do Serviço Social enquanto profissão frente ao meio ambiente, como o objeto da profissão, quais as alternativas e espaços de trabalho que o Assistente Social pode utilizar para que seja reconhecida a necessidade de intervenção da profissão nesse campo. Através de uma pesquisa bibliográfica, com autores da profissão e do cenário ambiental, juntamente com trabalhos acadêmicos de outros estudantes que também discorreram sobre o tema, leis de atuação do Serviço Social e outras com relação à Política de Meio Ambiente ou mesmo aquelas que regem a sociedade.

Aplicamos uma pesquisa de campo, onde três questionários diferentes foram respondidos, entre duas Assistentes Sociais atuantes na SANASA, as mesmas intervêm sob o âmbito do Programa Sanasa na Comunidade, através das perguntas abarcamos a realidade da profissão inserida no meio ambiente, os desafios, avanços, a garantia de direitos da população como primazia do trabalho do Assistente Social, o motivo da pouca concentração de empresas voltadas ao cunho socioambiental e a pouca responsabilização da profissão frente aos recursos naturais, também compreendendo como é possível dar continuidade à mobilização que o profissional instiga no usuário, além de atingir o objetivo institucional, qual o meio a ser adotado para que se permaneça pensando e desenvolvendo ações de fato sustentáveis, considerando também o fato da empresa em questão tratar de um recurso hídrico, como o Serviço Social pode intervir na possível crise.

Mais dois questionários também foram aplicados para três estagiários de Serviço Social, com o intuito de que soubéssemos como caminha o interesse de futuros profissionais na área em que já estão estagiando e se de fato reconhecem a importância desse campo de trabalho para a profissão e mais um com uma Assistente Administrativa com formação em

Tecnólogo em Meio Ambiente, carregando um perfil interdisciplinar construindo a ponte de profissionais atuando em conjunto.

Conforme o acelerado crescimento populacional, a migração do campo para a cidade, fenômeno denominado como êxodo rural, aumentou-se também o grande poder de dominação do sistema capitalista, o que gerou um embate frente à preservação dos recursos naturais, construindo-se cidades onde a grande discussão gerou-se em torno da convivência harmônica entre população e meio ambiente, construindo benefícios gerados no coletivo, para ambas as partes. Porém, esse enfrentamento se tornou uma problemática política, necessitando a geração de planos mais específicos de intervenção para que as políticas públicas, frente ao planejamento do Estado, suprissem as demandas que foram surgindo nos grandes aglomerados urbanos.

Portanto, faz-se necessário estreitar os laços entre o capitalismo e a questão socioambiental: “[...] na lógica do capital, não há crescimento sem a exploração da natureza, do trabalhador e também não há aumento do capital sem aumento da pobreza e da vulnerabilidade social” (MARX, 1968, p. 71).

Pois conforme o sistema vem ganhando grandes proporções em termos de riqueza e capital aumenta-se a exploração perante o meio ambiente e da vida em sociedade, perdendo-se também o grande valor da educação ambiental ser incluída e trabalhada no coletivo:

[...] maior concentração de riqueza, aumento da pobreza, degradação do meio ambiente, utiliza forma predatória de recursos naturais, premia a dimensão material da vida fortalecendo o individualismo e alimentando a visão de curto prazo. Cria, no limite, um cenário favorável para que cada cidadão não se preocupe com as futuras gerações (AMARAL, COSAC, 2009, p. 88-89).

A questão ambiental precisou ser tratada de forma efetiva, pois o crescente descaso frente à mesma, tanto em partes governamentais quanto também a pouca conscientização da população, agravou e muito a convivência em sociedade levando a presença de grandes catástrofes e desastres ambientais.

Perdeu-se o vínculo entre Estado, população e meio ambiente, a falta de execução pública com o passar dos tempos gerou a falta de uma referência governamental. E frente a um sistema de dominação com caráter opressor, seria inevitável o agravamento das catástrofes

geradas pelo mau uso e exploração dos recursos ambientais, sendo que de um lado leis que regulamentam essa questão já vinham sendo efetivadas, para um futuro positivo frente à garantia de direitos. Como exemplo temos a Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 225.

As mudanças desenfreadas do capitalismo acompanharam as mudanças drásticas do meio ambiente: "[...] o capital financeiro assumiu o comando do processo de acumulação envolvendo a economia e a sociedade, a política e a cultura, marcando profundamente as formas de sociabilidade e o jogo das forças sociais" (IAMAMOTO, 2007, p.107).

Com as alterações sofridas devido à degradação do meio ambiente, o homem foi se tornando vítima de seu próprio habitat, as crises ecológicas, desastres e catástrofes ambientais se tornaram forças maiores que impulsionaram a necessidade de criar-se uma consciência sustentável, equilibrada pela questão socioambiental, logo desenvolvendo-se a problemática em torno do papel eficaz que a educação ambiental pode exercer:

A educação ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no meio ambiente. Educação ambiental, por definição, é elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza (LOUREIRO, 2004, p. 96).

Através da questão socioambiental, é indispensável trabalhar-se meios de atuação e intervenção que devem ser adotados para que a tão sonhada consciência sustentável seja construída, criar meios viáveis para que possa partir de cada cidadão o pensamento crítico iniciando da situação deplorável em que os recursos naturais se encontram as causas e efeitos dessa degradação, e quais métodos serão utilizados para que ações preventivas sejam desenvolvidas, evitando que a situação se agrave ainda mais:

Sustentável é a sociedade ou o planeta que produz o suficiente para si e para os seres dos ecossistemas onde ela situa; que toma da natureza somente o que ela pode repor; que mostra um sentido de solidariedade geracional, ao preservar para as sociedades futuras os recursos naturais de que elas precisarão (BOFF, 1999, p. 137).

Buscar uma intervenção através de profissionais que lidam diariamente com determinadas demandas, incluindo a educação, políticas públicas e sociais, garantia e equidade de direitos tendo assim um contato direto com a subjetividade do cidadão, o Serviço Social, trabalhando a relação do homem e a sociedade, não poderia arquivar seu embate frente

a essa área, com a reprodução da questão socioambiental e o crescimento desenfreado do sistema capitalista:

Dizer que o homem vive da natureza significa que a natureza é seu corpo, com o qual deve permanecer em contínuo intercâmbio para não morrer. A afirmação de que a vida física e mental do homem e da natureza são interdependentes significa simplesmente que a natureza é interdependente consigo mesma, posto que o homem é parte da natureza (MARX, 1962, p. 110).

Surge então a importância do Assistente Social, ocupar espaços dentro de empresas, em comunidades locais, ampliar parcerias com outros profissionais de diversas áreas, aproximar o objeto da profissão à educação ambiental. Cada vez mais a ponte entre as duas áreas vem se estreitando, faz-se necessário atentar acerca de que remete não somente a educação ambiental como um princípio da ecologia, mas sim um ambiente onde se trabalham diversas áreas, matérias, e relações (PHILIPPI, PELICIONI, 2005, p. 3).

Trazer o olhar do Serviço Social amplia horizontes e conhecimentos, construir projetos viáveis de intervenção para que os avanços sejam significativos. Parcerias precisam ser desenvolvidas para que a questão continue em plena evolução, o Serviço Social pode se tornar peça chave nesse roteiro. Sabe-se que o assistente social tem facilidade para transitar nesse espaço plural, transdisciplinar, complexo e contraditório, podendo dialogar com todas as áreas que trabalham com a educação ambiental de forma crítica e reflexiva (MOREIRA, 2013, p. 24-25).

O Assistente Social vem para trabalhar a questão no coletivo, para que o usuário também tenha a dimensão do quanto ele é ator participativo desse enfrentamento, já que todos convivem com a natureza, é necessária a conscientização de pensar no todo, e qual seu papel enquanto cidadão na utilização dos recursos naturais, sendo este não somente dever do Estado, transferindo essa responsabilização, terceirizando uma ação que também é de cunho pessoal de cada sujeito.

A educação ambiental frente à questão socioambiental reafirma seu papel como fonte educadora da sensibilização tão difícil de construir: “A educação ambiental vai formar e preparar cidadãos para a reflexão crítica e para uma ação social corretiva ou transformadora do sistema, de forma a tornar viável o desenvolvimento integral dos seres humanos” (PHILIPPI, PELICIONI, 2005, p.3).

A questão socioambiental aliada com a prática do Assistente Social busca novos caminhos de desenvolvimento para uma melhora e qualidade de vida dos usuários do serviço do profissional, garantia de um desenvolvimento também sustentável, em consonância com a execução de políticas públicas viáveis que adentrem objetivamente na meta da construção de uma sociedade ambientalmente saudável, caminhando na lógica do dever do Estado e do cidadão:

Verifica-se que a importância da participação da sociedade só se dá por meio de educação socioambiental, possibilitando pessoas a conviverem com valores e princípios, obter conhecimentos, novas formas de pensar e ser, para estabelecer uma relação de ética e compromisso com o ser humano e o ambiente (MOREIRA, 2013, p.32).

Portanto a qualidade de vida da população vai se agravando cada vez mais, sem medidas efetivas e eficazes que garantam a sobrevivência da população, devido aos grandes aglomerados urbanos, falta de planejamento, estrutura, exploração da mão de obra e de recursos naturais, sendo ações negativas advindas da parceria do homem e do Estado. Daí a importância de um trabalho conjunto e contínuo, combinado a uma educação ambiental de qualidade que venha reforçar a importância do cuidado ao meio ambiente, partindo da população em geral, governo, cidadãos e profissionais engajados na causa, criando assim um ambiente sustentável para a convivência harmônica entre sociedade e ecossistema.

Essa atitude sustentável, inicia-se na convivência com o próximo, na postura diante do outro e da natureza, construindo assim o perfil da educação ambiental, reproduzindo uma questão socioambiental pensante e crítica ao mesmo tempo:

É necessário, igualmente, que as condições de sustentabilidade sejam satisfeitas. Ou seja, responder às aspirações e necessidades essenciais tais como percebidas pelos atores sociais, levando em conta a diversidade social; promover equidade e justiça social; favorecer o processo participativo na tomada de decisão; levar em conta e se apoiar nos recursos humanos individuais e coletivos disponíveis; capacitar os atores sociais de modo a ampliar suas possibilidades de escolha e adaptação ao dinamismo das condições ambientais, econômicas, socioculturais e políticas nos níveis macro e micro (ALIROL, 2001, p.36-37).

O debate será constante diante da exploração do capital, os desafios de intervenção da profissão nesse sistema, as opressões tanto do trabalhador como do profissional enquanto

classe trabalhadora, o que precariza ainda mais a atuação do Assistente Social na questão socioambiental. Se a profissão tem como objeto de trabalho as expressões da questão social, se torna impossível não relacionar demandas como a vulnerabilidade social, condições precárias de subsistência e sobrevivência dos usuários, a falta de acesso à serviços públicos e políticas sociais como saneamento básico e acesso à água de qualidade, interfere diretamente na dominação, exploração e opressão do capital a todo custo para produzir riquezas frente aos recursos naturais sem pensar no bem estar coletivo de convívio do sujeito social:

A produção e a reprodução das relações sociais capitalistas não se restringem à relação capital e trabalho nas condições objetivas de produção e reprodução da vida material, mas englobam um complexo mais amplo, envolvendo a totalidade da vida social e de suas formas de consciência social e expressões culturais (CEOLIN, 2014, p. 242).

É nesse embate que o Serviço Social vem atuar, na contribuição da educação ambiental do sujeito e no entendimento da reprodução da questão socioambiental enquanto uma visão social voltada para os ideais da profissão, na garantia de acesso aos bens e serviços longe da dominação exploratória do sistema, sem também afetar a natureza enquanto espaço e território onde se constroem as relações sociais.

2 - A questão hídrica

A educação ambiental antes esquecida e pouco divulgada, ganha destaque nos últimos meses pelo seguinte motivo: a crise hídrica. A água, um bem vital que parecia infinito, se tornou finito. Não que este recurso deixará de existir, mas chegará ao nível que não será mais passível de tratamento e consumo humano. Sendo assim, a água se tornou rara e cara.

Em algumas regiões do planeta, a água já vale ouro e muitos estão ganhando dinheiro com isso, através do comércio da água. Destaca-se aí um grande problema: quando a água deixa de ser um recurso natural público, direito de todos, e passa a ser um produto comercializado: O comércio da água é uma tendência perigosa no tratamento da água como uma mercadoria [...] O comércio de água permite que os governos abdicuem de seu papel de alocar as reservas de água [...] permitindo que as decisões de alocação [...] sejam baseadas na capacidade de pagar (BARLOW, 2014, p.84).

O direito à água é um dos direitos fundamentais do ser humano: o direito à vida, tal qual é estipulado no Artº 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”.

"Reconhecer um direito é simplesmente o primeiro passo para torná-lo uma realidade para os milhões que estão vivendo à sombra da maior crise do nosso tempo" (BARLOW, 2014, p. 13).

No Brasil, país detentor de uma das maiores reservas de água doce do planeta, a água tem um custo relativamente baixo, o que leva ao desperdício, mas, ao mesmo tempo, não é um direito fundamental, já que não existe uma quantidade mínima garantida e gratuita para saciar as necessidades básicas de uma pessoa que não possa pagar por ela.

Na busca de preservar este bem vital, reforçamos a importância da população ter acesso à informação, e a partir dessa informação, gerar a conscientização, pois ninguém é capaz de conscientizar o outro. Sendo assim, através das atividades socioambientais e do espaço de reflexão que é proporcionado, gera uma sensibilização ao tema, que se trata de uma realidade social, interferindo na qualidade de vida da população, e assim, o próprio indivíduo se conscientiza de forma racional na utilização desses bens.

Novamente, destacamos a importância do papel da Assistente Social na área ambiental, a fim de mobilizar a população e instituições locais, na garantia e efetivação dos direitos humanos e acesso à informação.

A sociedade necessita ser sustentável em todos os aspectos. Podemos atribuir os problemas ambientais enfrentados a várias causas, mas uma delas, sem dúvida é a social.

É possível o ser humano viver em harmonia com o meio ambiente, mas para isso precisamos de uma reeducação ambiental. Pensar em sustentabilidade ganha uma proporção muito grande, quando na verdade, ela é feita em pequenas atitudes.

3- Reeducação Ambiental

Ao aplicar-se uma política que norteie e conscientize a reeducação ambiental voltada à sustentabilidade é possível direcionar a mentalidade dos futuros profissionais e governantes para o uso racional dos recursos, bem como desenvolver um diálogo eficaz com as corporações e produtores rurais de que as práticas, se adotadas, não afetarão o lucro de seus empreendimentos, mas poderão criar diferenciais diante a concorrência que favoreça seus negócios e estimem o ecossistema.

Além da preservação do meio ambiente, a reeducação ambiental considera também os indivíduos e grupos comprometidos pelas atividades industriais e que estão sujeitos aos agravos dos agentes poluidores, ou seja, há uma apreensão para a redução da vulnerabilidade dessas pessoas como posto no Artigo 225 da Constituição Federal, sobre as atividades nocivas ao meio ambiente que geram sanções penais (DIAS, 2004, p. 202).

Um exemplo de que essas leis e modos de conscientização e sustentabilidade não vêm sendo levadas em consideração no cenário atual, aconteceu recentemente com o rompimento de duas barragens feitas em Bento Rodrigues, distrito de Mariana no estado de Minas Gerais, pela mineradora Samarco, uma companhia Vale do Rio Doce. A tragédia traz à tona a sede de lucro, a qualquer custo, dos grandes empresários e o descaso governamental com as demandas sociais e ambientais do país, considerada como o maior desastre ambiental do país, além da morte do Rio Doce, o mais importante do estado de Minas Gerais. A lama de rejeitos de minério percorreu o caminho até o mar e penetrou no solo e no lençol freático, inviabilizando o plantio e o uso da água de poços.

Um poema de Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) presunha o desastre do rompimento da barragem de Mariana, em Minas Gerais:

O Rio? É doce. A Vale? Amarga. Ai, antes fosse. Mais leve a carga. Entre estatais e multinacionais, quantos ais! A dívida interna, a dívida externa, a dívida eterna. Quantas toneladas exportamos de ferro? Quantas lágrimas disfarçamos, sem berro? (DRUMMOND, 1984).

Por dentro do sistema capitalista não conseguiremos nutrir, presumir ou mesmo deliberar problemas ambientais e sociais ocasionados por impactos, pois situações como esta expõem que a exploração dos recursos em prol do lucro instantâneo está acima de qualquer forma de conceito sustentável dos recursos naturais e da vida da população e de suas proles.

4 - O compromisso do serviço social em relação ao meio ambiente

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, um profissional que como já citado, busca trabalhar com as expressões da questão social, tendo esse objeto como meio de intervenção. Trabalha intimamente com o usuário, atuando nas demandas que lhe são cabíveis, intervindo nas situações de risco e vulnerabilidade social da população:

A Questão Social em suas variadas expressões, em especial, quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, portanto, a "matéria-prima" e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão (YAZBECK, 2009, p.6).

Com a transformação através da história da profissão, os diversos campos os quais o Serviço Social ocupou e foi ganhando espaço, um passado de conservadorismo foi deixado para trás, para que um movimento de reconceituação viesse para mudar os rumos do contexto, e garantir um presente e um futuro confortável para que os profissionais transitem por variados meios de atuação, e é a partir da década de quarenta que o Estado passa a intervir na trama de reprodução das relações sociais:

A profissão amplia sua área de ação, alarga as bases sociais de seu processo de formação, assume um lugar na execução das políticas sociais emanadas do Estado e, a partir desse momento, tem seu desenvolvimento relacionado com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização de Políticas Sociais. Dessa forma, gradativamente, o Estado vai impulsionando a profissionalização do assistente social e ampliando seu campo de trabalho em função das novas formas de enfrentamento da questão social (YAZBECK, 2009, p.9-10).

Se as expressões da questão social vão ganhando novas formas, avançando junto ao sistema capitalista que rege a sociedade, logo amplia-se também a problemática demandada de cada usuário, Castel (1988) deixa claro em seu livro “As metamorfoses da questão social”, que realmente com o capitalismo acelerado, o próprio capital financeiro vai se reestruturando fazendo com que a questão social venha se metamorfoseando como o próprio nome do livro já diz, logo atingindo também as expressões da questão social, sendo assim, transformações do mundo capitalista atingem também o meio ambiente. O homem como parte da natureza, deve nutrir o zelo e o cuidado pelos recursos naturais, e atualmente esse papel não vem sendo executado, digamos que por grande parcela da população, o que ocasiona uma vitimização do indivíduo frente à natureza, o mesmo sofrendo pela responsabilidade de seu próprio ato:

Neste sentido, a apreender a “questão ambiental” como totalidade, historicamente determinada, bem como a natureza das respostas oferecidas pelas classes sociais e pelo Estado, constitui preocupação de uma parcela dos profissionais do Serviço

Social, já que são estes interpelados, cotidianamente, a intervirem nas refrações da destrutividade ambiental, tal qual o são nas manifestações da questão social (SILVA, 2010, p.30).

De um lado temos populações desfavorecidas de acesso á educação, saúde, saneamento básico, moradia, entre outras políticas públicas que lhes deveriam ser de total garantia de direitos, o que agrava ainda mais a situação do homem e da natureza, fazendo com que essa relação estabelecida desde séculos passados entre os mesmos, acabe gerando um cenário devastador de ambos os lados:

Sabe-se da importância das políticas públicas na educação ambiental, exigindo esforços tanto do Estado como da sociedade civil, para compreensão e transformação da realidade. O Estado cumprindo o papel de estabelecer estratégias e formalizar políticas específicas para integrar todos os setores da sociedade em torno do bem estar comum (MOREIRA, 2013, p.54).

O Assistente Social, como parte integrante do Estado enquanto profissional, tendo uma relação intimista frente às políticas públicas e sociais, planos e projetos que envolvam a conscientização do indivíduo, pode construir propostas eficazes de sustentabilidade, responsabilidade ambiental e ecológica, como prevê o Artigo 2º do Código de Ética da Profissão: “Participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais”.

É utilizar-se dos instrumentos os quais têm total acesso e facilidade de transição para que medidas cabíveis sejam tomadas:

As políticas sociais são alternativas governamentais, compostas por planos, projetos e programas de intervenção para cada área e/ou campo, como educação, saúde, assistência, lazer etc. As políticas sociais se referem a ações implementadas pelo Estado com enfoque na proteção social visando á diminuição das desigualdades recorrentes do capitalismo (ROSSI, JESUS, 2009, p.21).

É partir em defesa tanto do usuário quanto das questões socioambientais, pois o homem é parte da natureza e ambos são como um todo, não há como separar um do outro. Torna-se então esse o compromisso principal da profissão com o meio ambiente:

A função dos profissionais da intervenção social supõe facilitar os processos mediante os quais a sociedade encontre a alternativa de solução, que resolva assumir para alcançar esse objetivo, por meio da integração do “ecológico” e do “social” (GOMES, AGUADO, PÉREZ, 2011, p.24).

Expandir horizontes além das áreas básicas de atuação as quais o Assistente Social é delegado, se as mudanças desenfreadas do capitalismo atingem nosso objeto de intervenção, é louvável uma nova reestruturação de atuação, articulando homem e espaço, social e ambiental.

Dando início à pesquisa de campo, ambas as assistentes sociais, identificam que sociedade e meio ambiente não estão estratificados. É uma relação dialética, sendo dependente do outro, um transcende o outro, um perpassa o outro. Ao mesmo tempo em que um necessita do outro para sua subsistência, cada um com sua particularidade. Mas mudanças desenfreadas de ambos os lados acabam interferindo tanto nas relações sociais quanto nos recursos naturais, como Yamamoto (2007, p.107) coloca, o capital assume a sociedade enquanto sistema regente da mesma cria-se uma relação de forças, um jogo de trocas, onde um é pertencente do outro.

Ao questionarmos a Assistente Social 1, sobre a atuação do profissional na área ambiental, a mesma se posiciona como mediadora entre meio ambiente e social, fazendo com que o sujeito construa seu papel perante a sociedade e a natureza. Trabalha sua participação diante essa questão para que a consciência individual do sujeito seja criada, promovendo a consciência ambiental, que pode ser construída através da educação ambiental, também uma aliada na prática do Assistente Social.

Loureiro (2004, p. 96) afirma que a educação ambiental atua como uma estratégia na formação da tão sonhada consciência, necessária de se criar para que o sujeito se sinta participante do processo de relações sociais entre a natureza e o meio ambiente, o autor ainda destaca a importância de se construir essa tarefa também no coletivo, para que a mobilização de fato seja efetiva, assim como as duas profissionais bem colocam a troca de experiências indissociáveis entre o indivíduo e a sociedade.

Enquanto Philippi, Pelicioni (2005, p. 3) também sustentam a ideia de que adentrar no universo ambiental, não requer somente o estudo da ecologia, mas o montante de várias matérias e entre elas o social. Estaremos intimamente ligados a diversas questões que incluem a vivência em sociedade, sendo ela o espaço reprodutor das relações sociais. Marx (1962, p. 1) propulsor do método dialético, instrumento de útil recurso para compreensão do objeto de

trabalho do Assistente Social, considera que natureza e sociedade transformam-se um ao outro, segundo o autor, é impossível uma divisão, pois um não existe sem o outro, um é parte do outro. Ainda assim, a Assistente Social 2 nos volta para as legislações vigentes da profissão, instrumentos muito viáveis de utilizarmos para que nosso trabalho enquanto profissional que atua na proteção e garantia de direitos sociais, utilizemos para uma formação teórica muito bem embasada, para que respaldos legais sejam transmitidos ao usuário.

A Assistente Social 1, também nos permite conhecer e adentrar políticas capazes de prestar determinado suporte para a atuação da profissão em espaços de cunho socioambientais, nos atentando ao fato de que o Serviço Social está presente em diversas relações, e possui os instrumentos e a instrumentalidade para além do que a profissão possui:

A profissional nos remete para a Política Nacional de Educação Ambiental, como um paralelo para sua atuação, sendo que a lei em questão visa a sociedade como um todo, apreende a totalidade de compreensão do indivíduo enquanto agente social, e considera os diversos aspectos presentes no sistema capitalista. São diversas reflexões de extrema transformação que podemos grifar nessa Política, percebe-se que ela atua como uma aliada da profissão, como a profissional bem coloca, dando o devido respaldo até mesmo para as profissionais que exercem seu trabalho na empresa pesquisada, ao mesmo tempo em que a Política em questão abarca conceitos que podem ser destrinchados pela própria lei, atualizando o usuário sobre a educação ambiental por exemplo, como posto no Artigo 1º (BRASIL, 1999), também dialoga sobre a responsabilidade das empresas que lidam com as questões ambientais, socioambientais e o uso e preservação tanto dos recursos naturais, quanto do meio ambiente em si, conforme o Artigo 3º (BRASIL, 1999).

Boff (1999, p. 137), já pregava a perspectiva de que a sociedade é a maior força mobilizadora de si mesma para transformar seu espaço de construção das relações sociais em um ambiente ecologicamente sustentável, sendo assim, as Assistentes Sociais entrevistadas também abordam a importância da mobilização dessa sociedade, além das atividades concentradas em seus campos de atuação, como instrumento de ação para que a realidade social seja mudada, fundamentando também a articulação com a rede e a aproximação com o usuário.

Porém, apenas instigar essa mobilização, como as profissionais colocam, não é o único recurso a ser adotado, pois somente isso não dá continuidade as ações e medidas que a sociedade deve tomar para si, qual a perspectiva que se espera diante dessa mobilização, pois

criar a consciência é necessário, mas qual impacto desejo que seja contínuo diante desse embate, também é uma questão que precisa ser refletida.

Para além de mobilizar, devo enquanto profissional que visa à emancipação do usuário, pensar qual ação quero criar para que o sujeito continue atuando através da consciência crítica que desejamos que o mesmo almeje. E o que ele enquanto principal reprodutor dos processos de relação da sociedade irá realizar por si mesmo para construir um ambiente sustentável.

A Assistente Social 1 aponta para o cidadão como agente dessa mobilização, ele sendo sujeito responsável pelos atos que adquiri, se o mesmo não assume a consciência de cidadania, de sujeito participador dessa realidade, o caminho para a construção de hábitos ambientalmente sustentáveis é difícil de trilhar. Enquanto a Assistente Social 2, vê a realidade social das famílias, da população e do usuário a forma de intervenção utilizada, entende-se que aquele cenário e as expressões da questão social que o usuário apresenta é a situação o qual o profissional aplica sua força de trabalho, mais uma vez a fala da profissional também se reporta aos hábitos, à observação da realidade explícita que vivemos, segundo a entrevistada, serve de base para que propostas viáveis sejam adotadas pelo profissional para que o mesmo efetue na prática.

Os autores Gómez, Aguado, Pérez (2011, p. 24) servem de embasamento para essa problemática, tendo a centralidade da intervenção social como facilitadora dos processos desenvolvidos pela sociedade, concatenando a integração do usuário enquanto pertencente do meio ambiente, para que nele despertem-se alternativas de mudanças. Portanto, alcançado o objetivo que as Assistentes Sociais entrevistadas apontam como a mobilização e a sensibilização do usuário para que a proposta interventiva da profissão conciliada com a da empresa propõe, questionamos qual será o avanço dessas ações, qual proposta transformadora será adotada para que de fato resultados positivos continuem sendo gerados.

Destacamos que o Assistente Social se enquadra na categoria trabalhador, sendo ele reprodutor da proposta institucional o qual é contratado, se tratando de uma empresa, estão contidas contradições, destituindo-se da integral autonomia. As Assistentes Sociais apresentam que fatores que envolvem os objetivos voltados para a empresa acabam se sobressaindo na metodologia implantada pelas mesmas. A partir daí levantamos o impasse dessa autonomia profissional, como classe trabalhadora, devem cumprir os objetivos propostos pela empresa e desenvolvê-los com os recursos que a mesma lhe concede:

Durante o período em que trabalha, sua atividade é socialmente apropriada por outro: o sujeito que trabalha não tem o poder de livremente estabelecer suas prioridades, seu modo de operar, acessar todos os recursos necessários, direcionar o trabalho exclusivamente segundo suas intenções, o que é comumente denunciado como o “peso do poder institucional”. Simultaneamente, o assistente social tem como base social de sustentação de sua relativa autonomia – e com ela a possibilidade de redirecionar o seu trabalho para rumos sociais distintos daqueles esperados pelos seus empregadores – o próprio caráter contraditório das relações sociais (IAMAMOTO, 2009, p.14).

Se somos dotados de instrumentos que gerem a transformação emancipatória do usuário, é cabível que se possa extrair para além da ação empresarial que devo desenvolver, priorizando o que eu enquanto profissional vou contribuir para que o processo de mudança e evolução do usuário gere uma satisfação de ambos os lados, e claro, visando sempre o objeto de trabalho da profissão, ou seja, as múltiplas expressões da questão social.

O assistente social ingressa nas instituições empregadoras como parte de um coletivo de trabalhadores que implementa as ações institucionais/empresariais, cujo resultado final é fruto de um trabalho combinado ou cooperativo, que assume perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais. Também a relação que o profissional estabelece com o objeto de seu trabalho – as múltiplas expressões da *questão social*, tal como se expressam na vida dos sujeitos com os quais trabalha – depende do prévio recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas (IAMAMOTO, 2009, p.13-14).

Reconhecer que a prática do Assistente Social pode ser adentrada nas questões ambientais, a participação efetiva do Assistente Social nessa área contribui para a formação de uma sociedade ambientalmente harmônica em todos os sentidos, no social, no ecológico, no político e no cultural, combinada às técnicas, metodologias e instrumentos da profissão.

Na entrevista, ao questionarmos sobre os impactos na realidade do usuário que o Assistente Social identifica, conforme a aplicabilidade do objeto de trabalho da profissão, a Assistente Social 1 discorreu que o Serviço Social desenvolve um processo interventivo nas relações socioambientais do homem, considerando apenas o caráter técnico-operativo, como se a intervenção atuasse isoladamente das demais instrumentalidades. Entendemos que para a compreensão da realidade em qualquer âmbito de intervenção que o Assistente Social irá realizar, e não somente no setor ambiental, não podemos desconsiderar os instrumentais

teórico-metodológico, técnico-operativo e o ético-político, para a apreensão da totalidade, os três elementos caminham juntos. Pois é através deles que planejamos e atuamos na garantia e na efetivação de direitos, na escuta qualificada, longe da fenomenologia, na ação direcionada e em tantas outras soluções satisfatórias que esse conjunto proporciona dialeticamente, entre profissional, instituição e os usuários:

Orientar o trabalho nos rumos aludidos requisita um perfil de profissional culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais. Exige-se, para tanto, compromisso ético-político com os valores democráticos e competência teórico-metodológica na teoria crítica, em sua lógica de explicação da vida social. Esses elementos, aliados à pesquisa da realidade, possibilitam decifrar as situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conectá-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam. Mas, requisita, também, um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladora da participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los” (IAMAMOTO, 2009, p.32-33).

E nisso, os desafios de intervenção do Assistente Social nessa área também vão se constituindo, apesar da temática que envolve o meio ambiente ser uma problemática já discutida há algum tempo e essa preocupação aumentar cada vez mais devido ao cenário de destruição, escassez dos recursos naturais estar cada vez mais aparente, ainda a inserção da profissão nessa área se torna novidade, com pouco conhecimento sobre o que é possível fazer através do Serviço Social para que medidas mais efetivas sejam tomadas. Às vezes, por essas medidas necessitarem de uma resolução imediata, o caráter técnico-operativo do Serviço Social toma frente do debate, se confundido com o único recurso de ação que os profissionais adotam.

Questionamos e nos interessamos em saber quais os desafios a serem enfrentados pelas profissionais diante da atuação das mesmas na questão ambiental, a Assistente Social 1 salienta que a questão não tem resquícios de superficialidade e modismo, que de fato há algum tempo se fala sobre ela, e as possibilidades de desenvolvimento sustentável, mais uma vez nos atenta para a relação do homem e do meio ambiente, sendo as relações sociais influentes nesse processo.

Amaral e Cosac (2009, p. 88-89) nos salientam sobre como esse processo de reprodução de forças do sistema capitalista atua sobre a natureza, fazendo assim ligação com a fala da Assistente Social 1 que também se entrelaça junto á colocação de Marx (1968, p. 71). A Assistente Social 1 cita a lógica do capital sempre visando o lucro extremo, sendo assim, essa questão se interpela com o meio ambiente, um é explorador do outro, gerando as múltiplas expressões da questão social.

A Assistente Social 1 reflete a urgência desse debate em preocupação com o meio ambiente ser informado pela sociedade, o foco se torna passar para o usuário o quanto ele é participante desse processo, além de ser um direito do cidadão um acesso ao meio ambiente, preservá-lo também é um dever. A Assistente Social 2 se volta para a provocação, instigação da mudança de hábitos, sendo esse instrumento conciliado com o respaldo teórico que a Assistente Social 1 destaca.

É preciso que o profissional sempre busque caminhos alternativos para além, para a continuidade, como Alirol (2001, p.36-37) conclui, dando a ênfase à proposta dessa pesquisa, conciliando social e meio ambiente, buscando a capacitação do indivíduo, a participação social, a tomada de decisões, se apoiando no individual conciliado com a coletividade, ampliando a adaptação das dinâmicas que o meio ambiente também cria, sendo as diferenças, econômicas e culturais, aliadas às políticas públicas e sociais de intervenção nos níveis máximo e mínimo, onde se tratando da empresa pesquisada uma autarquia, consideramos englobar diversos processos institucionais e pessoais da profissão.

Há um contraponto entre o que poderei executar enquanto contratado, representando a empresa e o que posso oferecer com um caráter diferencial para o usuário através da execução do meu trabalho, o profissional de Serviço Social necessita trabalhar sua autonomia, mesmo que relativa, para níveis satisfatórios gerando uma dialética positiva entre instituição, profissional e sujeito recebedor do serviço.

Identificando essa carência por parte dos profissionais e futuros profissionais de Serviço Social, questionamos aos estagiários de Serviço Social do Programa Sanasa na Comunidade, se esses reconheciam a importância da inserção e contribuição do Assistente Social na área ambiental. As respostas dos estagiários 1 e 2 muito se igualavam com as das Assistentes Sociais, as respostas dos entrevistados se também se completam, pois os estagiários 1 e 2 reconhecem o Assistente Social como de fato um educador ambiental, destacam a intervenção e a mediação que o mesmo pode aplicar, e a educação ambiental pode transitar de forma confortável nesse espaço de troca entre as relações sociais.

Logo, o estagiário 3 traz uma nova visão, a questão ambiental ligada a saúde pública, destacando esta como um direito, sendo papel do Assistente Social garantir acesso a serviços de saneamentos básicos, por exemplo, essa observação é muito bem colocada por Rossi, Jesus (2009, p.21), onde os mesmos enxergam as Políticas Sociais como alternativas de intervenção louváveis para que as diferenças sociais advindas do sistema capitalista não se perpetuem ainda mais, sendo através delas que um caminho mais democrático de acesso aos bens e serviços sociais pode ser criado, em conjunto com a ação do Assistente Social..

O enfrentamento da questão social pelo Estado evidencia o papel das políticas sociais e indica como as mesmas traduzem a correlação de forças entre o Estado e as demandas da classe trabalhadora: “Mediação incontornável na constituição do trabalho profissional” (IAMAMOTO, 2007, p. 185).

Quando questionados sobre as dificuldades encontradas para atuação do Serviço Social na área ambiental, a questão da falta de referenciais teóricos é unânime. Por se tratar de um campo inovador e pouco explorado por esses profissionais, faltam trabalhos acadêmicos, artigos, que tragam essa temática para uma reflexão sobre práticas que competem ao Assistente Social.

Sendo assim, podemos compreender a questão a partir de olhares antagônicos. Um negativo, pois traz consigo dificuldades de se encontrar referenciais teóricos, e um olhar positivo, pois desperta o interesse de alguns para explorar o que não se conhece.

Ao adentrar o universo do desconhecido, podemos nos surpreender ou nos frustrarmos com as respostas obtidas. Por se tratar de uma temática pouco desenvolvida, esta parece muito distante da Política de Assistência Social. Cabe salientar, que o Projeto é desenvolvido dentro de uma empresa, onde a Assistente Social se enquadra como classe trabalhadora, convivendo com as contradições entre a real necessidade da população e os interesses da empresa.

O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes - ainda que desenvolvendo uma autorrepresentação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade - se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle. [...], o que [esse] deslocamento altera visceralmente, concretizando a ruptura, é, objetivamente, a condição do agente e o significado social de sua ação; o agente passa a inscrever-se numa relação de assalariamento e a significação social de seu fazer passa a ter um sentido novo na malha da reprodução das relações sociais. Em síntese: é com esse giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no *mercado de trabalho*, com todas as consequências

daí derivadas (principalmente com o seu agente tornando-se vendedor da sua força de trabalho) (NETTO, 2005, p. 71-72).

Ao questionarmos sobre a possibilidade de atuar nesta área, apenas um estagiário demonstrou interesse. Quando questionados sobre a contribuição do estágio em sua formação profissional, as respostas não foram muito positivas. Os estagiários 1 e 3 alegam que contribuiu “de certa forma”, pois permitiu conhecer novas áreas de atuação do Assistente Social e a necessidade de se explorar e aprofundar esta temática a fim de gerar novos conhecimentos e relacionar o Serviço Social com outras temáticas que envolvam o desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental.

Ainda que o capitalismo não possa ser reduzido ao contexto de expropriações, “o predomínio do capital no plano mundial tende a exigir e impulsionar constantes expropriações” (FONTES, 2010, p. 44). Portanto, as mesmas constituem um processo permanente na lógica de reprodução capitalista que, no entanto, não se limita a sua forma originária de expropriação sobre os trabalhadores. Nesse sentido, as antigas formas de expropriação, conjugadas às novas modalidades surgidas no bojo do capitalismo contemporâneo, avançam ferozmente sobre a natureza na busca pela produção de valor, “resultando numa mercantilização inimaginável de todas as formas da vida social e humana” (FONTES, 2010, p.59).

Considerando que o Assistente Social, apesar de sua autonomia um tanto quanto relativa, atua sob as particularidades da profissão, o mesmo não atuará sozinho em seu espaço sócio-ocupacional, contará com outros profissionais que contribuirá para o enriquecimento do trabalho o qual o Serviço Social irá desenvolver, compartilhando saberes, experiências, ideologias distintas, mas sempre buscando chegar a um consenso de ambos os lados, visando sempre a discussão dos casos em equipe e garantindo a primazia do serviço prestado, sendo este a garantia de direitos do usuário, e no caso da área ambiental, trabalhar o social e o ecológico em um processo de interação.

A entrevista realizada com a Assistente Administrativa da SANASA, também formada em Tecnólogo de Meio Ambiente, nos possibilitou explorar o campo da interdisciplinaridade. Ao ser questionada sobre a importância da atuação do Assistente Social na área ambiental, a Assistente Administrativa de fato reconheceu essa relevância, compreendendo que a profissão contribui e muito para que a mobilização em torno da sociedade e o reconhecimento do sujeito enquanto ser participante no processo de relação entre o social e o meio ambiente de

fato ocorra, para que o usuário se sinta parte integrante daquele meio, o todo sendo composto harmonicamente:

O Serviço Social tem junto às questões ambientais um espaço que vale a pena ser ocupado, pela inúmeras possibilidades de estudos interdisciplinares que apresentam [...] Mas também pela importância de que se revestem essas questões, que oportunizam inúmeras condições de intervenção ao Serviço Social, em ações de mobilização, organização das populações quando ameaçadas com a degradação do seu meio ambiente ou de educação dessa mesma população para sua preservação (COLITO, PAGNANI, 1998).

A visão positiva de outro profissional para com o Serviço Social e a atuação do Assistente Social em si, faz com que a profissão se efetive ainda mais, principalmente em um campo tão difícil de ser explorado e conciliado com profissões do meio social.

Na segunda pergunta, sobre a avaliação do papel do Assistente Social em conjunto com as demais profissões e a atuação no Programa Sanasa na Comunidade, a entrevistada também ressaltou o quanto é relevante o trabalho que o Serviço Social desenvolve, pois a profissão trabalha no coletivo, a entrevistada afirma que a abrangência que o Serviço Social desenvolve de caráter coletivo ajuda e muito para que a sensibilização alcance níveis maiores e mais amplos em meio à sociedade.

A pouca atuação de empresas que conciliam Serviço Social e meio ambiente também foi exposta pela entrevistada, a Assistente Administrativa afirma que em se tratando de ecologia, muitas empresas se fecham em profissões específicas do campo ambiental, e não se empenham na responsabilização do social e da natureza, o quanto um é dependente do outro, a entrevistada coloca em questão que meio ambiente e sociedade são um conjunto. Quando perguntamos da relação existente entre a questão ambiental e a questão social a mesma é categórica em afirmar que um não existe sem o outro, e o homem em si, carrega direitos e deveres perante o meio ambiente, de alguma forma o homem se torna agente gestor da preservação dos recursos naturais, podendo sofrer consequências drásticas diante de sua ação.

Saber que novas visões trazem à tona a grande intervenção que o Serviço Social pode desenvolver nessa área, traz avanços significativos para os espaços de trabalho os quais o trabalhador social pode ocupar. A interdisciplinaridade não é uma questão nova, se arrasta há vários anos e é um instrumento potencializador, muitas vezes para desmistificar a complexidade dos casos que iremos lidar, romper com a fragmentação do saberes e atuar sob uma linha empática e altruísta (VILELA, MENDES, 2003, p. 526).

Por fim, na última questão perguntada à Assistente Administrativa, trazemos a perspectiva da entrevistada como uma consumidora dos recursos naturais, até mesmo o que é oferecido pela SANASA, a água. Quanto ao impacto da crise hídrica no cotidiano da Assistente Administrativa e os hábitos que ela possui para o uso consciente da água, podemos considerar a insegurança com relação à duração da crise, à disponibilidade da água, e atitudes muitas vezes impensadas, foram consideradas significativas para que a própria cidadã agisse e as mudanças de fato ocorressem.

Aqui, trazemos a perspectiva de Barlow (2015, p. 84) mais uma vez considerando que o capital influi e muito nos direitos reservados a nós. A partir do momento em que a água passa por um processo de negociação, ganha um caráter de produto a ser comercializado, como a autora coloca, o governo aos poucos perde sua responsabilidade de nutrir as reservas de água, e um recurso que é vital para nossa sobrevivência, atua em uma relação de forças detendo o poder para quem pode pagá-lo.

Temos instrumentos cabíveis para agirmos dentro de um regimento e sob a dinâmica de que esses recursos são garantidos a nós enquanto direitos sociais, sem distinção, como exposto no Artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e como Barlow (2015, p.13) brilhantemente coloca, Se o Assistente Social amplia ainda mais seu cenário de atuação, agindo na totalidade dos fatos, considerando que a relação entre o capital e o trabalho é a condição gritante das desigualdades sociais na atual sociedade em que vivemos, devemos buscar a conciliação entre o economicamente viável, o ambientalmente correto e o socialmente justo, interligando a capacidade mediadora da profissão na busca da igualdade e justiça social, atuando sobre a lógica da contradição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da pesquisa de campo, consideramos que as hipóteses foram confirmadas diante das falas dos entrevistados, destacamos a satisfação com a qual convivemos ao longo das experiências colocadas, de que o Assistente Social ocupa cada vez mais um lugar de destaque em diversas áreas que atua, e pode tocar de forma prazerosa um universo significativo de valores, tanto para ele enquanto profissional, quanto para o usuário enquanto receptor de sua intervenção e até mesmo para o campo em que o mesmo está inserido, intervindo nas diversas tramas de relação ali expostas e trabalhadas, considerando não só o ser humano em sua individualidade, mas o espaço que ele habita e a convivência que ele

compartilha, não se iludindo na perspectiva messiânica, mas buscando em primazia a transformação social, aliada à ação emancipatória.

REFERÊNCIAS

ALIROL, P. Como iniciar um processo de integração. In: RIBEIRO, H.; VARGAS, H. C. (Org.). **Novos Instrumentos de gestão ambiental urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.

AMARAL, R. G.; COSAC, C. M. D. O terceiro setor e o desenvolvimento sustentável. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 18, n.2, p. 81-106, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/131/178>>. Acesso em: 21 fev 2016.

BARLOW, M. **Água – futuro azul**. Brasil: M. Books, 2014.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei de Regulamentação da Profissão Lei 8.662, de 13 de Março de 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em 21 fev 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília. 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1998, ONU. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 19 abr 2016.

_____. **Política Nacional da Educação Ambiental**, Brasília. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm>. Acesso em: 19 abr 2016.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. 4 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

CEOLIN, G. F. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social.** Serviço social e sociedade, São Paulo, n. 118, p. 234-269, abr-jun, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n118/a03n118.pdf>>. Acesso em: 21 fev 2016.

COLITO, M. C. E; PAGNANI A. M. de M. **Conversando sobre as questões ambientais e o Serviço Social.** Paraná, 1998. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v1n2_conversando.htm>. Acesso em: 01 maio 2016.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GÓMEZ, J.A; AGUADO, O. V; PÉREZ A. G. **Serviço Social e meio ambiente.** 4º Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social.** São Paulo, 2009. Disponível em: <http://unifesp.br/campus/san7/images/servico-social/Texto_introdutorio_Marilda_Iamamoto.pdf>. Acesso em: 21 fev 2016.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004.

MARX, K. **Manuscritos Económico-Filosóficos.** Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1962.

_____. **O capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. v. 2. L. 1.

MOREIRA, I da.S. **Serviço Social e Meio Ambiente: a contribuição do assistente social em programa de aceleração do crescimento – PAC.** 2013. 165 f. Tese (Doutorado em Serviço Social, Área de Concentração: Trabalho e Sociedade) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, FRANCA, SP, 2013. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/ines-da-silva-moreira.pdf>>. Acesso em: 21 fev 2016.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PHILIPPI, J. A; PELICIONI, M. C. F. **Educação ambiental e sustentabilidade.** Barueri: Manole, 2005.

ROSSI, C; JESUS, S. de F. **Políticas Sociais I.** São Paulo: Pearson, 2009.

SAUER M; RIBEIRO E. M. **Meio Ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional.** Rev Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 390-398, ago./dez 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/12585/8650>>. Acesso em: 1 maio 2016.

SILVA. M. G. **Capitalismo contemporâneo e a “questão ambiental”**: o **Desenvolvimento Sustentável e ação do Serviço Social**. 2008. 210 f. Tese (Pós Graduação em Serviço Social, Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, RECIFE, PE, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br:8080/bitstream/handle/123456789/9370/arquivo376_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 fev 2016.

VILELA E. M; MENDES I. J. M. **Interdisciplinaridade e saúde: estudo bibliográfico**. Rev Latino-am Enfermagem, Ribeirão Preto, v.11, n. 4, p. 525-531, julho-agosto 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rlae/article/viewFile/1797/1844>>. Acesso em: 03 maio 2016.

YASBECK. C. M. **O significado sócio-histórico da profissão**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/O_significado_socio-historico_da_profissao%20Yasbek.pdf>. Acesso em: 21 fev 2016.